

Projecto-Resolução n.º 133/XV/1ª

Pela atribuição de um médico de medicina geral e familiar a todos os cidadãos

Exposição de motivos

Desde há vários anos a esta parte que a falta de médicos de família no Serviço Nacional de Saúde não é novidade, antes pelo contrário continua a agravar-se consecutivamente, como de resto tem vindo a ser alertado por várias entidades do sector.

Para lá da característica quase endémica desta realidade, a chegada da pandemia só veio agudizar ainda mais o problema já existente. Os médicos de Medicina Geral e Familiar, que já antes da situação pandémica tinham dificuldade em responder às necessidades existentes, passaram a estar também encarregues dos doentes COVID, o que acabou por estrangular ainda mais o acesso diário de milhares de portugueses a um médico de família.¹

O problema a que Portugal continua diariamente a assistir, pese embora o esforço hercúleo que os profissionais de saúde continuam a fazer para lhe dar resposta, indo muitas vezes para lá do que é humanamente possível, é na verdade antagónico face à promessa feita em 2016 por António Costa de que em 2017 todos os portugueses teriam médico de família.² Nessa data o primeiro-ministro alegou que o seu Governo teria iniciado funções com cerca de 1,2 milhões de portugueses sem médico de família, pretendendo reduzi-lo para cerca de 500 mil logo no início desse mesmo ano.³

Com o incumprimento desta promessa, incumprimento esse admitido por António Costa em pleno período de debates nas passadas eleições legislativas⁴, o Serviço Nacional de Saúde e os portugueses ficaram sem compreender para quando uma intervenção direta do Governo nesta

¹ <https://ordemdosmedicos.pt/quatro-milhoes-de-portugueses-sem-acesso-a-medico-de-familia-devido-a-covid-19/>

² https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/costa_promete_medico_de_familia_para_todos_os_portugueses_em_2017

³ https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/costa_promete_medicos_de_familia_para_todos_os_portugueses_e_nova_prestacao_na_deficiencia

⁴ <https://cnnportugal.iol.pt/antonio-costa/francisco-rodrigues-dos-santos/costa-gato-escaldado-nao-tem-data-para-dar-medicos-de-familia-a-todos-chicao-preocupado-com-o-totalitarismo-quer-tirar-a-ideologia-de-genero-das-escolas/20520109/61db5b310cf2cc58e7dc2813>

matéria, capaz de inverter as dificuldades que se continuam a verificar, circunstância que urge rapidamente acautelar.

Até porque, importa recordar, já no período que compreendeu a discussão sobre o Orçamento do Estado, em outubro de 2021, Miguel Guimarães, bastonário da ordem dos médicos, defendia que o mesmo não iria conseguir cobrir as necessidades do SNS, considerando mesmo que interessaria mais perceber se daquele momento a alguns meses, mais do que o dinheiro aplicado, “todos os portugueses” teriam “médico de família” do que propriamente o montante de dinheiro a aplicar.⁵

A dúvida veio a confirmar-se uma certeza e chegados a 2022 a evolução da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde não se mostra nesta rubrica positivo ou animador.

Sobretudo quando o primeiro-ministro veio já dar a entender que ainda que tenha prometido remodelar urgências, poderá deixar cair a meta de dar médico de família a todos os portugueses⁶, mesmo que atualmente haja mais de um milhão de inscritos nos centros de saúde sem atribuição de um clínico desta especialidade, destes, 783 mil pessoas na região de Lisboa e Vale do Tejo.⁷

Aqui chegados, sobretudo atendendo a uma evolução que se revela altamente preocupante, urge que o Governo tome as medidas necessárias para que todos os portugueses tenham um médico de família, tal como tem vindo a ser prometido ao longo dos anos.

Se assim não acontecer, o mesmo Serviço Nacional de Saúde que o executivo tanto gosta de elogiar, e bem, não conseguirá prestar os cuidados exigidos, mantendo-se ainda este insuportável cenário de esgotamento laboral que todos os dias é imposto aos profissionais de saúde.

⁵ <https://ordemdosmedicos.pt/quatro-milhoes-de-portugueses-sem-acesso-a-medico-de-familia-devido-a-covid-19/>

⁶ <https://www.publico.pt/2022/04/01/sociedade/noticia/governo-promete-remodelar-urgencias-deixa-cair-promessa-dar-medico-familia-utentes-sns-2001046>

⁷ <https://www.publico.pt/2022/01/13/sociedade/noticia/ha-11-milhoes-utentes-medico-familia-dois-tercos-estao-lisboa-vale-tejo-1991637>

Até porque, se verificarmos algumas considerações do Programa do XXIII Governo Constitucional, na rubrica “Saúde de proximidade”⁸, o executivo propõe-se a melhorar, uma vez mais como no passado, a cobertura dos cuidados de saúde primários com mais respostas, antevendo até a aposentação de um número significativo de médicos de família que ao ritmo a que acontecerá até 2024 só contribuirá para um maior afunilamento da realidade sobre a qual nos debruçamos.

Se até o próprio executivo prevê o agravamento das dificuldades, parece resultar claro que é urgente atuar neste âmbito.

Assim, ao abrigo das disposições procedimentais e regimentais aplicáveis, os Deputados do CHEGA, recomendam ao governo que:

- Acione todos os mecanismos necessários por forma a garantir, no presente ano, a atribuição de um médico de família a todos os utentes.

Palácio de São Bento, 23 de junho de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui
Afonso - Rui Paulo Sousa

⁸ <https://www.parlamento.pt/Fiscalizacao/Paginas/ProgramaDoGoverno.aspx>